



## **Omnilateralidade e a Educação do Campo: uma relação de formação ampla enquanto caráter emancipador dos povos do campo**

*Omnilaterality and countryside education: a broad training relationship as an emancipatory character of the people of the countryside*

DOS SANTOS, Victória Lígia Sousa<sup>1</sup>; DA SILVA, Antonio Valricélio Linhares<sup>2</sup>;  
COUTINHO, Célio Ribeiro<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação de Itapipoca, e-mail: victoria.ligia@aluno.uece.br; <sup>2</sup>Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Itapipoca, e-mail: valricelio.linhares@ifce.edu.br; <sup>3</sup>Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação de Itapipoca, e-mail: celio.coutinho@uece.br

### **RESUMO EXPANDIDO**

#### **Eixo Temático: Educação em Agroecologia**

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo *estudar o papel da formação omnilateral para a educação do campo enquanto construção teórica, com vista emancipatória dos povos do campo*. Sendo uma pesquisa bibliográfica, tem como principais autores Gramsci (2017) e Manacorda (2007). Pela importância da população do campo, como também seus enfrentamentos permanentes às formas de dominação de uma classe sobre outra, apresento com esse estudo a relação da educação do campo com a categoria omnilateralidade, explicitando a necessidade dessa categoria na formação da consciência de classe do homem e da mulher do campo, instrumentalizando-os na luta contra contra-hegemônica, tendo em vista a emancipação humana.

**Palavras-chave:** educação do campo; formação omnilateral; consciência de classe; emancipação humana.

#### **Introdução**

Esse estudo foi construído a partir da experiência na disciplina de “Agroecologia, Campesinato e Educação”, junto aos estudos de monitoria em “Economia Política e Educação”, articulado ao Laboratório Universitário de Educação Popular, Trabalho e Movimento Sociais (Lutemos), da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), realizado no primeiro semestre de 2023.

“Quando chegou a modernidade, eles já estavam aí.” (VERGÉS, 2021, p. 201). Essa frase de pertencimento e respeito com os povos do campo, nos leva a refletir a sua importância diante das suas práticas milenares desenvolvidas nas regiões do globo, seja de agricultura, coleta, pesca, pecuária, etc. Na sua experiência histórica carrega consigo um grande significado quanto às formas de sobrevivência e de reprodução duradouras. Uma vez postos às limitações da natureza, desenvolvem atividades eficazes de preservação e de sustentabilidade do meio em que vivem, o que é tido como exemplo entre as amplas culturas alicerçadas nos princípios da agroecologia.



Entretanto, é notório que na sociedade contemporânea, com o sistema capitalista em vigor, procura-se negar a relevância que os povos do campo construíram e que vêm construindo na história da humanidade. Esse fenômeno “anamnésico” que compõem o capital implica em desconsiderar as principais pautas de conservação da vida no planeta, que inclui a preservação da natureza e do próprio ser humano. São operações da classe hegemônica que buscam colocar de “goela a baixo” a sua pseudo-ideia de “modernidade”, que inclui sugar ao máximo, por meio da exploração da natureza e do ser humano, com vista exclusivamente ao lucro, com a produção da mais-valia pelos empreendimentos do capital.

Por essas razões ambiciosas é que a sociedade do campo encontra-se cada vez mais ameaçada pela “agricultura moderna”, que encurrala os pequenos e médios produtores cuja sua economia procura contemplar principalmente o valor de uso. Assim, passa a ser cobiçada a sua força de trabalho e o que ainda lhe resta como forma autônoma de meio de produção, a sua própria terra. Com isso, evidencia-se que a vida no campo não se desprende das lutas constantes por seus territórios, pelo que tange as suas significativas perdas, preservados ao longo do tempo, e que hoje vêm sendo expropriados pela expansão capitalista. Contudo, a ação contra hegemônica não é uma tarefa fácil, uma vez que exige um alto grau de organização, construída através de movimentos conscientes capazes de compreender as contradições presentes na realidade que os cercam. Mas, para perceber o antagonismo de classes, toma-se necessária uma educação do campo como recurso de formação articulada aos ideais e princípios do próprio povo do campo. Assim, fica contraditório não fornecer uma formação omnilateral, que abre um horizonte amplo de possibilidades de enxergar e pensar o mundo concreto.

Com isso, defendemos a perspectiva de formação omnilateral como ferramenta de luta articulada à educação do campo. Pela construção do enfrentamento, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: qual o papel da formação omnilateral para a educação do campo enquanto construção teórica? Nosso objetivo é estudar o papel da formação omnilateral para a educação do campo enquanto construção teórica, com vista emancipatória dos povos do campo.

Assim, a relevância dessa pesquisa para o âmbito acadêmico está na compreensão acerca da importância que carrega a formação omnilateral para com o processo de ensino e aprendizagem que preocupa-se, enquanto atividade docente, na busca de formar sujeitos de caráter mais crítico e autônomo, de forma a superar a educação que aliena. E sendo socialmente pertinente, com o impacto que gera para a classe trabalhadora, como recurso teórico de instrumento de luta enquanto educação emancipadora.

## **Metodologia**

O presente trabalho, norteado pelo método materialismo histórico e dialético, envolto do pensamento marxista, apresenta uma pesquisa bibliográfica amparando-se em “material já elaborado, constituído principalmente de livros e



artigos” (GIL, 2002, p. 44). Por esta abordagem metodológica, a pesquisa articula o diálogo com Manacorda (2007) e Gramsci (2017), seus escritos que fomentam a categoria de formação omnilateral. Além de outros autores que contemplam as categorias de educação do campo e emancipação humana.

## Resultados e Discussão

A luta travada pela sociedade do campo é constante e histórica. Os conflitos enredados pelo antagonismo das classes, tem como intenção principal, de um lado, a manutenção da vida, do outro, a manutenção do capital. Essa forma que rege o modelo capitalista, de sedimentação social e de exploração a qualquer custo com fins lucrativos, paira cada vez mais por regiões até mesmo virgens de suas ambições de faculdade destrutiva. Na história do capitalismo passamos da diversidade cultural e formas cooperativas de viver, para formas privativas, individualistas, exploratórias, almejadas cada vez mais pela classe hegemônica. E, mesmo que,

Perseguidos e saqueados por todos os sistemas socioeconômicos hierárquicos e classistas, as mulheres e os homens do campo têm conseguido perdurar graças à perpétua resistência, buscando preservar, de forma organizada, ou construir a autogestão socioeconômica e, quando possível, as autonomias políticas de base territorial (VERGÉS, 2021, p. 202).

Pensar em resistência significa compreender essa articulação, que envolve a sociedade do campo, que mesmo com realidades distintas, são unidos enquanto classe trabalhadora pelo mesmo propósito de emancipação humana. E em oposição aos mecanismos do sistema capitalista, com seus empreendimentos, pacotes tecnológicos, formas de exploração e expropriação, esgotamento de recursos naturais, etc., (potenciais de destruição da vida no planeta), os povos do campo desenvolvem suas vidas com base na agricultura limpa e nas relações cooperativas de produção, relacionadas principalmente a sobrevivência e a reprodução de suas famílias.

Com o princípio agroecológico que a sociedade do campo desenvolve em suas práticas é que a educação do campo assegura-se, já que implica refletir “o campo e a sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos” (GOMES NETO [et al], 1994 *apud* FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 38). Levando em conta a dimensão territorial, e com isso construir conhecimentos que validam uma formação que torne os sujeitos aptos a buscarem por trilhar sua própria história de forma ativa, dentro de suas atividades sociais, tomadas por atitudes emancipatórias. Diante disso,

A Educação do Campo não existe sem a agricultura camponesa, porque foi criada pelos sujeitos que a executam. Neste sentido, a concepção de campo e de educação deve contemplar o desenvolvimento territorial das famílias que trabalham e vivem da terra. A agricultura camponesa vive em



confronto permanente com a agricultura capitalista. E se o agronegócio avança, também avançam os movimentos camponeses na construção de seus territórios (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 43).

O que se produz pelas famílias do campo, converte-se em recursos para suprir suas necessidades de sobrevivência, de atendimento às suas necessidades humanas, visto primeiramente no valor de uso que carrega. Com isso, quanto mais território conservado carrega a população do campo, mais formas independentes criam-se em relação à agricultura capitalista. Enquanto a primeira forma de produção é desconcentradora e sustentável ao planeta, esta última, sob a forma do agronegócio, é concentradora de terras e destruidora da natureza.

Aderir a essa perspectiva de consciência de classe significa interpretar o mundo, suas contradições. E mais do que isso, implica em exercer, na prática, formas de intervir no antagonismo de classes, buscar por possíveis mudanças, o que se tem como práxis transformadora, considerando que “não se pode esperar que um indivíduo ou um livro modifiquem a realidade, mas só que a interpretem e indiquem a linha possível da ação” (GRAMSCI, 2017, s/p).

Mas, para que se tenha consciência acerca do posicionamento em que o sujeito do campo se encontra, não tratando à coincidência, preso ao misticismo, é necessário dispor de aprendizagens que conduzam às práticas que libertam. Não querendo negar os conhecimentos empíricos presentes nos saberes populares, mas desprender do inquestionável com intenções alheias e que preservam o domínio de uns sobre os outros. Diante disso,

O conhecimento que concorre para a emancipação humana é o que nos ajuda a desvelar e mostrar tanto os mecanismos que produzem a desigualdade e a exploração e as diferentes esferas de alienação humana quanto os processos destrutivos da natureza e, portanto, das bases de vida. Um conhecimento que ajude a cada ser humano tornar-se sujeito autônomo e entender como funciona a sociedade humana e a da natureza da qual somos parte (FRIGOTTO, 2021, p. 385-386).

Pelo exposto, é notório o grau de complexidade por traz da vida no campo, das diversas abordagens que devem contemplar a formação do homem e da mulher camponeses. Saber de tudo é utópico, mas compreender a importância de se apropriar dos conhecimentos possíveis e necessários, é libertador. Não é qualquer educação. Então, se é uma educação no campo e para o campo, fica paradoxal não fornecer uma formação omnilateral, pois, caso contrário, na unilateralidade a educação passa a envolver o objetivo em atender aos interesses de um só lado, articulado com os projetos neoliberais estabelecidos pelo capital (a classe dominante), inclinando assim as mais diversas formas obscurantistas de alienação e de exploração que obstaculizam o processo de emancipação, como o que é visto na educação rural (dada pelos opressores), com fins de suprir as necessidades do mercado capitalista, por meio da formação da força de trabalho, a mão de obra humana.



Frente à realidade da alienação humana, na qual todo homem, alienado por outro, está alienado da própria natureza, e o desenvolvimento positivo está alienado a uma esfera restrita, está a exigência da onilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação (MANACORDA, 2007, p. 87).

Diante disso, dá-se o valor à formação omnilateral, que fornece ferramentas para que o sujeito do campo interprete a realidade concreta, em torno de uma sociedade classista, que divide-o com uma pequena porção que detém a propriedade privada dos meios de produção, inclusive a propriedade privada da terra. A busca pela formação integral lhe dará suportes para desprender das diversas formas do trabalho alienado, possibilitando formas de construir a liberdade camponesa contra o sistema opressor, a começar pela produção não alienada.

Indo além de uma dimensão manual do ser humano, a formação omnilateral, ampla, envolve dimensões de “sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico” (FRIGOTTO, 2012, p. 267). Proporcionando um sujeito mais consciente, crítico e conseqüentemente mais ativo no meio social em que vive. Possibilitando também abrir o olhar para questionamentos acerca dos direitos, enquanto cidadão/cidadã, buscando superar seu esquecimento como gente nas políticas públicas negligenciadas em áreas mais distantes dos centros urbanos e dos olhares fiscalizadores.

Entretanto, “Qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem simultaneamente na vida política” (GRAMSCI, 2017, s/p). Isso implica dizer que o sujeito do campo, como um ser político que vive em grupo social, desenvolve formas de articulação com o dinamismo social e as suas diversas decisões em meio ao coletivo. E pela participação ativa “O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva” (GRAMSCI, 2017, s/p). E isso dispõe da parceria que deve haver na construção teórica de uma formação ampla ao apropriar-se do real concreto, junto a educação do campo enquanto caráter emancipador, possibilitando essa nova forma de enxergar o mundo e transformá-lo através da luta de classes.

## **Conclusões**

Deixar o camponês a mercê do mundo caótico é perigoso, pois sem a instrução de uma educação que liberta, acaba sendo esta comprada e aderida pela população do campo, pela própria “deformação” que o indivíduo passa na formação unilateral, conduzidos como marionetes, pelo que é alheio aos seus interesses e anseios tornando-os desiludidos, passivos, adestrados e conformados à forma com que é moldado pelo modo de produção capitalista.



Com isso, a educação do campo, de formação omnilateral, constrói formas de olhar para além da ideologia dominante, detectando o antagonismo entre a sua classe e a classe hegemônica. Daí, percebe-se a importância da formação ampla, plena, de cultura geral como um mecanismo de conhecimento que possibilita conscientizar, politizar, inalienar e emancipar. Formação essa de suporte para a construção de uma educação no campo e com o campo, a fim de tornar os sujeitos mais pertencentes aos seus territórios, que implicam desarticular as ilusões do “faz de conta” transmitidas pelo poder hegemônico com fins de perpetuar a dominação. Criando espaços de enfrentamento que visa à organização como estratégia de resistência para qualquer forma de exploração, expropriação, desigualdade, e que frente a luta de classes transmita um cenário mais esperançoso acerca das mudanças da conjuntura opressora e da possível emancipação humana.

### Referências bibliográficas

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. *In: MOLINA, Mônica Castagna; DE JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo (orgs.). **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. p. 32-53.*

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Educação omnilateral”. *In: CALDART, Roseli Saete [et al.] (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 267-274.*

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Emancipação humana”. *In: DIAS, Alexandre Pessoa [et al.]. **Dicionário de agroecologia e educação**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 383-389.*

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Caderno do Cárcere. v. 3, Traduzido por Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. s/p.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Traduzido por Newton Ramos de Oliveira. Campinas, São Paulo: Alínea, 2007.

VERGÉS, Armando Bartra. “Campesinato”. *In: DIAS, Alexandre Pessoa [et al.]. **Dicionário de agroecologia e educação**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 201-207.*